

GEOGRAFIA DO SENTIMENTO: A CONSTRUÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO, BREVES CONSIDERAÇÕES¹

**GEOGRAPHY OF FEELING: THE CONSTRUCTION
OF THE BRAZILIAN NORTHEAST, BRIEF CONSIDERATIONS**

**GEOGRAFÍA DEL SENTIMIENTO: LA CONSTRUCCIÓN
DEL NORDESTE BRASILEÑO, BREVES CONSIDERACIONES**

Priscilla Pinheiro Quirino²

RESUMO: A criação do que se convencionou chamar Nordeste fez-se em duas vias: a geográfica e a sentimental. O Nordeste, antes de existir enquanto região geográfica brasileira, já existia como lugar afetivo. Era o Nordeste delicado e doce do litoral açucareiro e o Nordeste árido e difícil do sertão pecuarista – ambos, lugar de memória e afetividade de suas gentes. As duas feições nordestinas existiam desde o século XVI, mas, só receberia sua denominação oficial em 1940 quando o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) dividiria e classificaria o Brasil por regiões. Até então, as bases de sua identidade estavam assentadas na memória de sua população. Assim, propomos neste artigo abordar a construção do Nordeste enquanto lugar de memória e de uma *geografia do sentimento* que moldou o devir de suas gentes e seu território.

Palavras-chave: Geografia. História. Memória. História do Nordeste Brasileiro.

ABSTRACT: The creation of what is conventionally called Northeast took place in two ways: geographical and sentimental. The Northeast, before existing as a Brazilian geographic region, already existed an emotional bond to the place. It was the delicate and sweet Northeast of the coast with fields of sugar cane and the arid and difficult Northeast

1 O artigo que aqui trazemos nasce da nossa tese de doutorado, intitulada Das Brumas de Além-Mar: A Influência do Mito Identitário Português na Construção Sociocultural do Sertão Nordestino, defendida em 2020 no Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Universidade de Coimbra.

2 Doutora em História pela Universidade de Coimbra; Investigadora Doutorada Integrada do Centro de História da Universidade de Lisboa; Colaboradora Interna do Centro de História da Cultura e da Sociedade da Universidade de Coimbra; Membro da ABRE – Associação de Brazilianistas na Europa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6318-5386>. E-mail: priscillapquirino@hotmail.com

Artigo recebido em agosto de 2022 e aceito para publicação em outubro de 2022.

of the cattle ranching hinterland – both places of memory and affection for their people. The two northeastern features existed since the 16th century, but would only receive their official name in 1940 when the Institute of Geography and Statistics (IBGE) would divide and classify Brazil by regions. Until then, the foundations of its identity were based on the memory of its population. Thus, we propose in this article to approach the construction of the Northeast as a place of memory and a geography of sentiment that shaped the future of its people and its territory.

Keywords: Geography. History. Memory. Northeast of Brazil History.

RESUMEN: La creación de lo que convencionalmente se llama Nordeste se dio de dos maneras: geográfica y sentimental. El Nordeste, antes de existir como región geográfica brasileña, ya existía como lugar afectivo. Era el Nordeste delicado y dulce de la costa azucarera y el Nordeste árido del interior ganadero, ambos sitios de memoria y sentimiento por su gente. Las dos características del Nordeste existían desde el siglo XVI, pero solamente recibirían su nombre oficial en 1940 cuando el Instituto de Geografía y Estadística (IBGE) dividiera y clasificara el Brasil por regiones. Hasta entonces, la fundación de su identidad se basaba en la memoria de su población. Así, nos proponemos en este artículo abordar la construcción del Nordeste como un rincón de memoria y de una geografía del sentir que moldeó el futuro de su gente y de su territorio.

Palabras clave: Geografía. Historia. Memoria. Historia del Nordeste de Brasil.

INTRODUÇÃO

Raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises — quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço — oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais deste país, ela é inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio. Expandindo-se pelos sertões limítrofes ou próximos, de Goiás, Piauí, Maranhão, Ceará e Pernambuco, tem um caráter de originalidade completa expresso mesmo nas fundações que erigiu. (CUNHA, 2016, p. 161)

Escrever acerca do Nordeste brasileiro e do sertão é discorrer sobre um lugar de memória e de sentimento. Tentar compreender as características formativas desta região geográfica do Brasil passa por descortinar a sua construção histórica, sua constituição humana e perceber que o Nordeste e as plagas sertanejas trazem em si um quê de maravilhoso, de fantástico, de indomável e, podemos dizer, de mítico.

No artigo que aqui se descortina, procuramos fazer um resumo acerca da formação do Nordeste e suas gentes, dando especial ênfase ao sertão. Entre a concepção sentimental do lugar também trazemos a efetivação de suas fronteiras com a divisão do Brasil em

regiões pelo IBGE na década de 1940 e abordamos os símbolos oriundos do medievo português e que atravessaram o grande “mar oceano” e sobreviveram ao devir do tempo histórico como as bases socioculturais do que denominamos sertão nordestino.

Na ciência histórica, o lugar social do pesquisador é deveras importante para se entender de onde parte aquela voz que nos fala através das linhas que lemos. A tentativa do historiador de se distanciar do objeto de suas pesquisas jamais será plenamente alcançada, uma vez que o olhar que o mesmo lança ao cerne de seus estudos traz em si todos os elementos que lhe constituem enquanto acadêmico e também enquanto ser humano.

Isto posto, deixamos claro aqui que a voz que vos fala através deste artigo nasce no sertão pernambucano e é de lá que sua percepção acerca do Nordeste e do sertão nordestino nasce, se amplia e amadurece. E, por mais que procuremos nos fazer ausentes destas páginas é impossível não deixarmos transparecer o nosso lugar de fala, assim, colocamos nestas páginas a visão da historiadora e da sertaneja que vos fala.

Aridez, beleza, violência, religiosidade, força, ludicidade, estes são alguns dos elementos que aqui poderão ser encontrados. Esperamos que o nosso trabalho seja uma mais valia para todos aqueles que trabalhem acerca do Nordeste e do sertão e, quem sabe, possamos contribuir para a elaboração de um novo olhar acerca destes lugares geográficos que foram construídos com suor e lágrimas, esperança e ferocidade sem, contudo, abrir mão do maravilhoso, de um quê de dulcilidade e de certa imagética do fantástico.

O FANTÁSTICO MUNDO SERTANEJO – SINGELOS RESQUÍCIOS DO MEDIEVO PORTUGUÊS

Antes de entrarmos de forma efetiva no tema deste artigo, acreditamos ser necessário explicar a escolha do termo *medievo* contido no título deste tópico.

Pode parecer um caso de anacronismo colocar na mesma sentença *medievo* e *sertanejo*, afinal, todos nós sabemos que no Brasil não houve medievalidade. Então, qual a ligação? Qual o intuito de tal terminologia num artigo que trata de uma região brasileira?

Bem, é verdade e correto dizermos que não houve Idade Média no Brasil, afinal, as terras brasileiras, tal qual hoje conhecemos (ou como a Europa conheceu no início das grandes navegações), só passariam a existir a partir de 1500. O que na verdade houve foi uma transposição dos sonhos europeus para as terras do Brasil através dos exploradores que ali chegaram.

Nesse momento, a medievalidade, na Europa, estava sendo substituída pela Época Moderna, assim, porque não colocar no título algo que aludisse a modernidade? Porque a modernidade era a época nascente na política, na sociedade, na religião, mas, não podemos esquecer que o tempo de mudança das mentalidades é muito mais lento e dificilmente acompanhará, em sua totalidade, a mudança conjuntural de um momento histórico ou de uma sociedade específica.

Isso posto, nossa escolha por incluir o vocábulo *medievo* no título deste tópico não faz parte de uma tentativa de construção histórica de um pretense Brasil medieval; nossa escolha baseou-se na observância de resquícios oriundos do medievo português encontrado, principalmente (ou de forma mais evidente), no Nordeste brasileiro – esse o único motivo.

Porém, agora, poderia ser posta outra questão: que expressões existiriam no Nordeste brasileiro que poderiam ser oriundas do longínquo medievo lusitano?

Vejam os. Em primeiro lugar, destacaríamos os movimentos de cunho messiânico-milenares, que por mais que tenham suas bases nos ecos do sebastianismo, suas origens são medievais. Recordemo-nos que o sebastianismo não foi a primeira corrente de cunho milenar portuguesa; a primeira corrente milenar portuguesa nasceu com a lenda do milagre de Ourique. Nesse ponto específico – correntes e movimentos de cunho messiânico-milenares – vale a pena salientar que, tais correntes/movimentos desenvolvem-se de forma mais ampla, violenta e profunda na Idade Média (DELUMEAU, 1997; COHN, 1980), mesmo que suas origens sejam bem mais antigas.

Em segundo lugar, o sistema coronelista. O coronelismo baseava-se numa relação de obrigação e lealdade dos agricultores e vaqueiros para com o *coronel* (proprietário da terra) e, em contrapartida, o coronel garantia moradia e proteção para seus empregados. A terra do coronel ficou conhecida como latifúndio e, dentro do latifúndio a estrutura era a seguinte: existia a casa principal e maior dentro do latifúndio onde residiam o coronel e sua família, a casa dos trabalhadores do latifúndio (agricultores e vaqueiros viviam com suas famílias dentro das terras do coronel), uma pequena escola para os filhos desses trabalhadores e, também, um pequeno armazém de secos e molhados onde os trabalhadores compravam os proventos para a manutenção de suas famílias e casas. Ir contra as ordens do coronel era ver-se desempregado e tendo que emigrar com toda sua família para uma região distante daquela, pois, dificilmente os outros coronéis da área os empregaria a seu serviço. Para além disso, o coronel era também o líder político do município em que tinha suas terras e sua palavra era a lei (VILAÇA, 1965; ALBUQUERQUE, 1965; CARVALHO, 1980; FAORO, 1958; LEAL, 1948; LEWIN, 1993; PRADO JR., 1966; QUEIROZ, 1975; SÁ, 1974).

Acerca do coronelismo, podemos dizer, salvaguardada as devidas proporções, que o latifúndio seria exemplo de uma espécie de “*feudo*” no sertão nordestino tendo a figura do coronel comportamentos de “*senhor feudal*”; além disso, a produção de suas terras estava assentada na monocultura e na criação de gado – os trabalhadores dos latifúndios eram os responsáveis pelo cultivo e manutenção do plantio para além do pastoreio das diversas reses do rebanho do coronel; alguns ainda tinham a possibilidade de plantar pequena horta e cultivar feijão, milho e palma (planta do sertão utilizada para alimentar os animais, um tipo de cacto) nas terras concedidas pelo coronel. A organização socioeconômica surge, pois, mais ligada ao modo de produção feudal que capitalista.

O terceiro ponto para nossa escolha pelo termo *medievo*, baseou-se na questão da importância da *honra*. A defesa da honra para o nordestino, nomeadamente o nordestino do sertão, era algo muito sério. Movimentos como o cangaço tiveram essa defesa da honra como ponto de início – a contenda entre famílias que duraram gerações, a vingança por ofensas vistas como *imperdoáveis* era o que impulsionava esses homens. Tal qual “*cavaleiros andantes*”, eles enveredavam pelas trilhas do sertão em luta por suas causas particulares ou em defesa de algum *coronel* que os contratasse como uma espécie de “*exército particular*”.

E o quarto e último ponto, está contido na cultura. No Nordeste, a cultura “*trovadoresca*” sobreviveria até os nossos dias. Nas feiras de rua do interior nordestino é comum encontrar duas coisas: livretos de literatura de cordel e cantadores populares. O Nordeste conserva a tradição da poesia popular difundida e publicada em pequeninos livros, de constituição simples e que em tempos pretéritos eram vendidos pendurados em um cordão cuja denominação era *cordel*; atualmente, estes livretos não são mais vendidos dessa forma, mas em cima de tabuleiros nas feiras populares e dificilmente um nordestino não teve contato com essa literatura desde a mais tenra infância.

Para além dessas poesias populares impressas, ainda existem cantadores (“*trovadores*”) que recitam esses versos em forma de canção. Normalmente se fazem acompanhar de um violão e com seus acordes cantam os versos populares; outras vezes, pedem um *mote* a alguém que esteja por perto e de uma palavra específica constroem toda uma canção de puro improvisado, e não só. Para além dos motes fornecidos por aqueles que os ouve, muitos dos cantadores populares entoam versos ligados às novenas e às datas religiosas (nomeadamente às celebradas pela Igreja Católica), fazendo também parte do seu universo a religiosidade das gentes do sertão.

Sim, no Brasil não houve medievalidade, mas isso não impediu que seus ecos fossem lá ouvidos. Entretanto, como deu-se a construção efetiva deste local de memória e que, ainda hoje, traz em suas características estes ecos do medievo português? É o que abordaremos no tópico que se segue.

GEOGRAFIA E SENTIMENTO, A CONSTRUÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO

Em 2012, na primeira aula da disciplina de História do Nordeste, no curso de Licenciatura em História, fizemos a seguinte pergunta aos alunos: “*Para você, o que é o Nordeste?*”. As respostas individuais foram as mais diversas. Alguns disseram que o Nordeste era “*a região dos engenhos de cana-de-açúcar*”, outros que era “*o local do cangaço*”, muitos outros citaram como sinônimo de Nordeste o “*coronelismo*”. Desde “*Lampião*”, “*Luiz Gonzaga*”, “*forró*”, “*São João*”, “*praias*”, “*sertão*”, “*Antônio Conselheiro e Canudos*”, “*literatura de cordel*”, “*repentistas*”, etc., as respostas foram as mais diversas, e mesmo assim, todas traziam, em si, características da região e alguns de seus personagens mais emblemáticos.

As regiões Nordeste e Norte do Brasil são aquelas que mais reverberam, de forma acentuada e profunda, os ecos dos símbolos trazidos pelos colonizadores portugueses e as tradições milenares dos indígenas – os habitantes originários da *terra brasilis*. Por isso, ambas são difíceis de conceituar e explicar através de um único viés, visto que em suas construções identitárias há uma miscelânea de signos que não devem ser vistos separadamente uma vez que conectam-se entre si para formar o seu todo legitimador.

Ao longo dos nossos anos de estudo e de docência, muito foi lido, refletido, ensinado e escrito sobre algumas das peculiaridades nordestinas e seus reflexos no *modus vivendi* de sua população. Desde a construção cultural de um determinado lugar, até os

entrelaces políticos e sociais, assim como também a questão da religiosidade popular que impulsionou o surgimento dos movimentos milenares.

Mas, antes de tudo, há que tentar traçar um breve panorama de como deu-se a construção daquilo que hoje denominamos Nordeste.

Entre os séculos XVI e XIX, todo o território nacional que ficava acima do Rio de Janeiro (segunda capital da colônia) era considerado ‘Norte’. Não havia ainda a distinção entre ‘Norte’ e ‘Nordeste’, tal diferenciação ocorreria apenas, de forma oficial, na primeira metade do século XX (precisamente em 1940) quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classificaria as regiões brasileiras pelas suas condições e características geográficas e socioculturais.

Contudo, a construção do que chamamos Nordeste, enquanto espaço de memória e características singulares, dá-se muito anteriormente a década assinalada acima. O Nordeste enquanto espaço geográfico, começa a tomar forma ainda durante os séculos XVI e XVII com a indústria da cana-de-açúcar e, posteriormente, com a implementação da pecuária para suprir a força motriz da economia açucareira.

Quando se pensa no Nordeste, a imagem do *sertão é uma das mais fortes que se nos impõe*. Uma das construções simbólicas em torno dessa região é a aridez sertaneja que traria consigo a miséria, fome, seca e uma extraordinária resiliência de seus habitantes. E foi justamente o sertão, o local que mais preservou os ecos que vieram das terras de além-mar, dando roupagens novas e adaptando-os às realidades locais.

Para entendermos bem o Nordeste, é preciso ter em mente que esse lugar nasce de uma construção sociocultural, antes mesmo de ser oficialmente designado como tal.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr,

O termo “Nordeste” foi inicialmente usado para designar a área de atuação da primeira e mais antiga autarquia federal funcionando no País, a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) criada em 1909. A autarquia foi transformada em Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919; e mudou para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945. No começo do século XX, neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do norte do Brasil sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 81)

Porém, não só dos aspectos físicos é construído um lugar. Para além da construção geográfica, existe uma construção imaterial e identitária que traz em si símbolos e cultura. De acordo com Cícero Pércles de Oliveira Carvalho,

A identidade regional, além da definição de seu território e economia, exige também a construção simbólica e cultural para qual contribui fortemente os intelectuais. A construção da ideia de Nordeste, em suas bases geográficas e naturais, ficou marcada quando Euclides da Cunha publicou *Os Sertões*, em 1902, descrevendo a área semiárida nordestina. Partindo de uma visão determinista

geográfica e racial, ele explica o atraso regional como consequência do ambiente hostil, isolado e de população mestiça. Estudos posteriores do próprio Euclides da Cunha sobre a Amazônia (Contrastes e Confrontos em 1907, e A Margem da História, em 1909) caracterizaram a outra parte do “Norte” do Brasil, ajudando na diferenciação do Nordeste. Na década de 1920, as antigas concepções baseadas no determinismo naturalista vão sendo substituídas pelas análises da sociologia culturalista, cujo principal pensador é Gilberto Freyre. A região passa então a ser objeto de nova definição espacial, social e cultural, centrada no Nordeste açucareiro, que se estende de Alagoas ao Rio Grande do Norte, desenhada como a área de formação do Brasil. (CARVALHO, 2014, pp. 7 – 8)

Carvalho nos traz duas visões distintas acerca da região Nordeste. A primeira foi construída por Euclides da Cunha em seu livro *‘Os Sertões’*, que narra a saga da Guerra de Canudos e pormenoriza as condições físicas do lugar e, também, as dificuldades e carências do cotidiano do homem sertanejo; em segundo lugar, a visão de Gilberto Freyre, de um Nordeste litorâneo e açucareiro, que carrega em si as marcas do latifúndio e da mão-de-obra escravocrata e que constituiria as bases do que ele intitulou *‘sistema patriarcalista açucareiro’*. Abordaremos aqui, de momento, a visão de Freyre.

Gilberto Freyre foi um dos primeiros cientistas sociais a escrever sobre o Nordeste e, através de seus escritos, ele conseguiu erigir em torno da região uma importância até então imperceptível. Freyre coloca o Nordeste como base e principal local de sucesso e expansão do sistema colonial português no Brasil.

Devemos, porém, ter em mente que Freyre era oriundo desse sistema açucareiro. Filho de senhor de engenho, foi nascido e criado entre os meandros da casa-grande e é de lá que ele nos fala e nos escreve.

De acordo com Freyre,

A palavra “nordeste” é hoje uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste” que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão as secas. Os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol. Mas esse Nordeste de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste, mais velho que ele é o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem a pessoa inchar, pelo próprio mal de comer terra. (FREYRE, 1989, p.41)

Freyre, ao pensar a região, não o fez como se a mesma fosse determinada apenas pelos elementos físicos que a constituem, ao contrário, pensou-a como um espaço social. Na sua obra *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 2006), deixa bastante claro que o espaço social foi ocupado pelo sistema patriarcal da indústria açucareira. Para o autor, o litoral (região açucareira) foi onde melhor se expressou o sistema colonial português no Brasil, que era representado pela *casa grande* e pelo seu contraponto, a *senzala*.

Segundo Rejane Calazans,

Freyre generaliza essa ideia, no sentido de que daí se formou todo um sistema econômico, social e político. Em outras palavras, foi em torno dos senhores de engenho que se construiu o tipo de civilização mais estável da América Hispânica. Assim, a casa-grande, embora associada particularmente ao engenho da cana-de-açúcar e ao patriarcalismo nordestino, não deveria ser considerada exclusiva da economia açucareira, uma vez que o sistema patriarcal se estendeu a toda monocultura escravista e latifundiária, tornando-se a tradução mais profícua do caráter social brasileiro. (CALAZANS, s/d, p. 77)

Ou seja, para Freyre, a principal base da colonização portuguesa estava centrada na monocultura escravista e latifundiária onde a casa grande e o engenho de açúcar eram os personagens iniciais dessa empreitada.

A partir desse *patriarcalismo nordestino*, ter-se-ia constituído o modelo que serviria para a posterior indústria cafeeicultora que proliferaria, principalmente, na região Sudeste. A cultura do açúcar teria sido o exemplo mais emblemático do período colonial.

Calazans ainda nos diz que

O Nordeste que Gilberto Freyre abordou em sua obra não era apenas um recorte naturalista da região, mas um espaço social. Era um ethos, cuja base foi a civilização açucareira e seu ponto de maior intensidade, Pernambuco. Os valores culturais que se desenvolveram a partir desse centro se espalharam por todo o Brasil e não se restringiram cronologicamente a um determinado período de nossa história. É importante frisar que Gilberto Freyre não era apenas um pesquisador do modo de viver nordestino, mas se apresentava como portador desse ethos, alguém que tinha legitimidade suficiente para clamar para um revigoramento dos valores da região, como o fez no Manifesto regionalista. Ao tentar tornar o ethos nordestino algo vivo, ele fabricou imagens de Nordeste que se confundiam à sua própria imagem, o que fica evidente com a publicação do seu diário, em que a vivência e a memória do autor são apresentadas ao público. Dessa forma, Freyre tornou-se o principal idealizador do discurso sobre a brasilidade nordestina, que erigiu a região como uma marca da originalidade brasileira. (CALAZANS, s/d, p.77)

A visão de Freyre acerca do Nordeste, de acordo com o que Calazans nos apresenta, não pode ser tida como algo desassociado de afetividade, haja vista que o referido autor era fruto dessa empresa açucareira e a ela se conecta através de suas memórias e vivências, as quais mostra de forma clara em suas obras.

Ao fazer de Pernambuco o ponto de maior intensidade dessa indústria do açúcar, Freyre leva-nos a um ponto importante no tocante a produção e exportação açucareira. A indústria açucareira implementada e desenvolvida em terras pernambucanas foi uma das mais rentáveis entre os séculos XVI e primeiras décadas do XIX, e é a partir do sucesso dessa indústria que faz-se necessária a expansão territorial para o interior da Capitania na busca de desenvolver a atividade pecuária que serviria de força motriz para os engenhos.

De acordo com Manuel Correia de Andrade, o sertão teria sido povoado desde o século XVI, em função à caça ao índio e da necessidade de conquista dos campos para a pecuária. Contudo, a intensificação desse povoamento só se daria a partir do século XVIII com o estímulo ao desenvolvimento da cultura do algodão, oriundo da demanda da Revolução Industrial. Agora, não só a cana-de-açúcar era produto de exportação, o algodão entrava no cenário da economia colonial como nova monocultura a ser explorada nas regiões mais semiáridas do Nordeste. (ANDRADE, 2006, pp. 13 – 22)

Na esteira do algodão e da pecuária, culturas que serviam como meio de subsistência para esses povoadores do sertão e de ração para seu gado começam a despontar – como é o caso do cultivo do feijão e do milho.

Segundo Correia de Andrade, essa expansão e introdução de novas culturas teve um alto preço ao relevo nativo da região. Às novas atividades seguiram o desmatamento da flora original que compunham os brejos e as serras, o que teria provocado o empobrecimento do solo e da vegetação, além da dizimação de uma grande parte da fauna nativa e do desperdício da água (recurso escasso naquela região). Na análise do autor, todos esses fatores ajudaram no aumento de intensidade e frequência das secas, haja visto o aumento populacional ocorrido nessa área devido a grande demanda pelo algodão e pelo gado.

Todas essas mudanças econômicas trazem consigo uma espécie de mudança social ao sertão. Lugares onde antes apenas as tribos indígenas habitavam, agora encontravam-se invadidos pelo colonizador. Desse movimento migratório rumo ao interior do Nordeste começam a surgir as primeiras vilas e, com o passar das décadas, vão aparecendo as características que constituem o que hoje dizemos ser o sertão.

Segundo Custódia Selma Sena

a etimologia da palavra sertão – sartaão, certão – usada pelos navegantes portugueses para designar o interior da África e do Brasil, em oposição ao mar e ao litoral, aponta para um lugar distante, vazio, isolado, inóspito, desconhecido, e subsequentemente, rude, atrasado, decadente e inferior. A essa desvalorização simbólica dos espaços do sertão, viria se juntar, ainda nos primeiros momentos do processo de construção do território brasileiro, a dimensão positiva de vazio a ser conquistado e ocupado, referente de grandeza de nosso patrimônio geográfico. (SENA, 2003, p. 117)

Ou seja, o sertão, para os colonizadores portugueses, seria um território vazio e vasto que deveria ser conquistado para ampliação territorial da empresa colonizadora gerando, assim, novas oportunidades de enriquecimento pessoal através da exploração agrícola e pecuarista e, ademais, gerando mais dividendos para a coroa portuguesa através da concessão de sesmarias e os subsequentes impostos sobre a terra e as mercês concedidas a esses pequenos exploradores dos novos espaços.

Ao lado dessa gente em busca de lugar e fortuna, por ele vagueavam outros, como afirma Queiroz, “o interior do Nordeste era então percorrido por missionários itinerantes que iam de lugarejo em lugarejo evangelizando, acompanhados por uma turba de penitentes e romeiros” (QUEIROZ, 2003, p. 225).

O sertão brasileiro, ao longo dos últimos dois séculos, foi estudado de forma exaustiva e serviu como pano de fundo ou tema principal para obras da literatura brasileira. A literatura auxiliou na fomentação de tipos oriundos do sertão e a eles prestou homenagem ao tirá-los do lugar-comum e colocá-los como heróis e líderes desse povo sertanejo. (SUASSUNA, 2007/2014; ROSA, 2016)

Pelo que até aqui expusemos, pode-se dizer que a região Nordeste, a princípio, tem duas faces distintas: o litoral açucareiro e o sertão das secas, da pecuária e do algodão. Para o que aqui nos propusemos tratar neste artigo, o sertão será a parte do Nordeste que exploraremos mais a fundo, pois foi ali, nas terras sertanejas, que as reverberações da imagética medieval portuguesa se fizeram mais sentir e transformaram aquele lugar, de certa forma, inóspito um lugar de transformação, de permanência e de características únicas no território brasileiro.

OS MOVIMENTOS MESSIÂNICO-MILENARES NORDESTINOS, ECOS DO SEBASTIANISMO

A crença na volta do rei português D. Sebastião, tão alardeada em Portugal através das trovas do Bandarra encontra adeptos no sertão nordestino.

Nos recônditos dessa paragem inóspita, a crença em torno do fim do mundo, do povo eleito e da volta de um ‘messias’ para libertar aqueles que sofriam privações e explorações se alastrou de forma rápida e fecunda.

No século XIX, há uma proliferação de movimentos milenaristas no Nordeste cuja esperança na volta de D. Sebastião e seus cavaleiros das brumas do além-mar, era a base do discurso utilizado por alguns dos líderes desses movimentos para convencer a população mais humilde e crédula de que era necessário segui-los, para assim, entrarem nas fileiras do *povo escolhido de Deus* e viverem os mil anos felizes do *Paraíso na Terra*.

O último movimento milenarista de que se tem documentação e notícia, ocorreu no sertão pernambucano, no século XX, e foi o objeto de estudo de nossa dissertação de mestrado. Tal movimento ficou conhecido como *Fazenda Porto Seguro*, cujo líder era chamado de *Meu Rei*.

Porém, muitos outros houve, nesse Nordeste brasileiro, e destes, escolhemos apenas o mais emblemático para abordarmos neste artigo e é sobre este que falaremos no tópico a seguir.

Canudos de Antônio Conselheiro, o império de Belo Monte

Quem quiser remédio santo
Lenitivo para tudo
Procure o Conselheiro
Que está lá em Canudos.

Santo Antônio Conselheiro
Era um velho endiabrado;
Fêz trincheira na Igreja
Sem ser visto nem notado.³

Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido por Antônio Conselheiro, era natural do Ceará. Teria tido uma infância e adolescência conturbada devido a luta entre duas famílias rivais, Maciel (a sua) e os Araújo. Seu pai o teria destinado à vida eclesiástica, contudo Antônio não conseguiu cumprir seu destino, mas, o fato de não ter entrado no seminário não o impediu de dedicar sua vida à religião, em princípio como beato e, depois, como líder de um dos mais estudados e conhecidos movimentos milenaristas brasileiros, o movimento de Canudos.

[...] Antônio Vicente Mendes Maciel foi a princípio um romeiro, sendo provável que então tenha atravessado o Ceará, em direção à Bahia. Nesse período de sua vida, que vai de 1867 a 1873, as notícias escasseiam; em 1873 aparece em Itapicuru, no norte da Bahia, já agora missionário por conta própria, na figura inconfundível que Euclides da Cunha imortalizou: e surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada, olhar fulgurante.(QUEIROZ, 2003, p. 225; CUNHA, 2016, p. 162; MONTENEGRO, 1954, p. 13)

Além das pregações, Antônio Conselheiro realizava novenas, procissões, construía capelas, ajudava na reparação de muros de cemitérios e queimava em autos-de-fé tudo aquilo que, para ele, não condizia com o verdadeiro sentimento religioso. Com sua vida itinerante, indo de um povoado a outro e realizando todas essas atividades em cada um desses lugares, sua fama foi crescendo e ganhando vulto, muitos iam ter com ele para vê-lo, ouvi-lo e consultá-lo. A princípio, chamavam-no de “Irmão Antônio” o que indicava, de momento, ser ele alguém que auxiliava e socorria a quem dele necessitava.

De acordo com Calazans, o Conselheiro manifestava dons terapêuticos e teria realizado curas espetaculares: “um fio de sua barba, um fragmento de unha possuíam extraordinárias virtudes contra vários males”(CALAZANS, 1950, pp. 35 – 36). Não tardaria para que as notícias dessas curas e de alguns milagres (QUEIROZ, 2003, p.226) a ele atribuídos aumentassem sobremaneira a sua fama no sertão nordestino.

A proclamação da República, 15 de novembro de 1889, teria sido um divisor de águas na vida do Conselheiro; ele a via como prenúncio do fim dos tempos e identificava o governo republicano como sendo o governo do Anticristo. Nesse momento, ele enveredaria pelo sertão baiano a fora, em busca de um lugar propício para a construção da Nova Jerusalém onde os privilegiados que a ele se juntassem poderiam esperar, tranquilamente, o Juízo Final.

Para o líder milenarista, D. Sebastião introduziria o paraíso terrestre no mundo e Canudos seria a nova terra de Canaã. Euclides da Cunha reproduz um trecho de um dos sermões do Conselheiro, onde o repúdio à República e a espera por D. Sebastião estão presentes:

Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil briga com o Brasil, a Inglaterra briga com a Inglaterra, a Prússia briga com a Prússia, das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo o seu exército. Desde o princípio do mundo que encantou com todo seu exército e o restitui em guerra. E quando encantou-se afinçou a espada na pedra, ela foi até os copos e ele disse: Adeus mundo! Até mil anos e tantos a dois mil anos não chegarás! Neste dia quando sair com o seu exército tira a todos no fio da espada deste papel da República. O fim desta guerra se acabará na Santa Casa de Roma e o sangue há-de ir até a junta grossa [...]. (CUNHA, 2016, p. 172)

Como já se notou, nessas comunidades milenaristas existiam regras e normas sociais, religiosas e morais a serem observadas pelos adeptos. Em Canudos não seria diferente.

Para quem adentrasse no movimento, era preciso esquecer toda e qualquer noção de vaidade pessoal, de toda riqueza e luxo, dos próprios desejos, deveriam ser castos, humildes, se abster de todo e qualquer vício e praticar penitências. Ou seja, para fazer parte de Canudos era preciso um reforma íntima, um certo melhoramento moral, tornando-se assim apto a trilhar a estrada da perfeição, pois, perfeitos seriam os escolhidos de Deus para vivenciarem o Paraíso Terrestre e, ao que parecia, esse Paraíso seria em Belo Monte – a Nova Jerusalém.

Os fiéis identificavam Antônio Conselheiro com diversas entidades sagradas. Primeiro o teriam visto como Santo Antônio Aparecido, depois ele foi chamado de Bom Jesus Conselheiro e, por fim, seus seguidores chegaram a afirmar que ele era a encarnação do Espírito Santo. De acordo com as análises de Montenegro e de Calazans, Antônio Conselheiro não identificava, em si mesmo, nenhum aspecto de qualquer das figuras sagradas que seus seguidores lhe queriam impor, dizendo-se ser apenas pequeno representante de Deus na terra. (CALAZANS, 1950, p. 34; MONTENEGRO, 1954, p. 32)

No arraial de Canudos viviam pessoas dos mais diversos lugares e de condições econômicas variadas. Ali afluíam homens e mulheres, grande número de famílias inteiras, oriundos de Alagoas, Ceará, Piauí, Pernambuco, de Sergipe, de Minas Gerais e de São Paulo. Estima-se que no seu apogeu, Canudos chegou a ter cerca de oito mil habitantes.⁴

Maria Isaura Pereira de Queiroz nos diz que nem todos conseguiam ser admitidos no arraial sendo dada a permanência no mesmo apenas àqueles que ganhassem a confiança do

Conselheiro. Isso mostra-nos que diferentemente do discurso do Conselheiro, havia uma seleção dos que poderiam integrar-se ao seu ‘rebanho’ e sua palavra era ‘lei’ incontestada no que a isso dizia respeito.

Excluía-se os que lhe⁵ tinham merecido a desconfiança, por republicanos, ladrões ou bêbados; também as meretrizes; e quem negasse a divindade do chefe teria seus bens confiscados e seria morto, ou pelo menos corria o risco de ver repentinamente seus bens tomados pela Companhia do Bom Jesus. Tipos físicos os mais diversos; raros os brancos puros, os negros puros; em grande maioria, toda sorte de mestiços. (QUEIROZ, 2003, p. 229)

Com a chegada de cada vez mais pessoas no arraial, Canudos começa a se transformar em um efervescente centro comercial naquela parte do sertão baiano. Para além disso, muitos trabalhadores dos latifúndios sertanejos estavam abandonando seus trabalhos para irem com suas famílias viver na cidade do Conselheiro. A escassez de mão-de-obra, devido a evasão dos trabalhadores para Canudos e o forte desenvolvimento econômico daquele lugar começou a gerar denúncias acerca do movimento às autoridades estaduais, pois, os coronéis não estavam satisfeitos de perderem seus trabalhadores e, conseqüentemente, prestígio e poder.

Pelo que nos diz Queiroz, os atritos com o Conselheiro e seu arraial não ficaram apenas no âmbito dos fazendeiros da região, mas ocorreram também com a administração pública.

Durante o Império, as autoridades admitiram com benevolência o Conselheiro e seu bando, pois prestavam serviços à região, com as obras que empreendiam. Com a proclamação da República, esta situação chegou ao fim; o Conselheiro, que era contrário a toda e qualquer novidade, não podia admitir a coleção de modificações trazidas pelo novo governo: expulsão do velho Imperador, separação entre a Igreja e o Estado, impostos em muito maior quantidade, recenseamento. A condenação da República não tinha como ponto de partida princípios políticos, mas sim a consideração de que era o governo do Anticristo, o partido do demônio. O único regime legítimo era a Monarquia, em que se mantinham unidos Igreja e Estado e em que o governo estava nas mãos do Rei, representante de Deus na terra. (QUEIROZ, 2003, pp. 237 – 238)

Para o Conselheiro, as mudanças trazidas pelo republicanismo – a constituição do casamento civil como o legalmente válido e a estatização dos cemitérios, além das que acima foram elencadas – extinguíam o poder que até então a Igreja exercia sobre a vida cotidiana. Como consequência de tais atos republicanos, que iam de encontro à religiosidade construída no sertão brasileiro – onde toda a vida deveria ser regida pelos preceitos da igreja -, o Conselheiro começa a construir o mito da volta de D. Sebastião com os seus cavaleiros entre seus seguidores.

O mito, ali, se reconfiguraria e o D. Sebastião não mais viria em socorro dos portugueses, mas sim dos sertanejos que sofriam a opressão desse novo regime governamental: a República. O rei português, há muito encantado em terras do Marrocos, viria do mar com todo seu exército e libertaria a todos aqueles que sofriam. Consigo traria riquezas e felicidade à toda gente num período em que ‘os montes seriam de cuscuz de milho e os rios de leite’ no momento em que o ‘mar viraria sertão e o sertão, então, viraria mar’. Tal discurso fez com que confluíssem mais pessoas para as cercanias de Canudos, contribuindo para que o prestígio do Conselheiro fosse alargado.

Com o aumento do seu prestígio, o Conselheiro passaria a ser visto como uma ameaça também para a hierarquia eclesiástica; dessa forma a Igreja passaria a admoestá-lo e o acusaria de subversivo contra a religião e ordem pública e o republicanismo. Juntando-se às queixas e denúncias dos fazendeiros da região com aquelas proferidas por diversos setores da Igreja, começa a tomar forma, no Rio de Janeiro, uma ofensiva contra Canudos, cujo objetivo era o fim do movimento.

No dia 5 de outubro de 1897 terminaria a Guerra de Canudos, como ficou conhecido o conflito entre o exército brasileiro e os habitantes do arraial conselheirista. A guerra teve início em 1896 e, após a derrota de três expedições militares contra Canudos, a destruição total do arraial parece ter sido a prioridade do governo republicano. Na quarta expedição, com um contingente de dez mil soldados do exército, deu-se o massacre de quase vinte mil sertanejos – mulheres, crianças, idosos, ninguém foi poupado –, além de cinco mil militares. A guerra chegaria, então, a seu fim, com a destruição total de Canudos, a degola da maioria dos prisioneiros e o incêndio de todas as casas do arraial. (ver CUNHA, 2016)

Porém, os movimentos de cunho messiânico-milenares não foram os únicos ecos desse medievo português a reverberarem nas terras do sertão nordestino. Houve resquícios, também, em pontos da cultura, da política e da sociedade e, sobre eles, falaremos nos tópicos que seguem.

ECOS DO ALÉM-MAR: OS OUTROS SÍMBOLOS DO REMOTO MEDIEVO PORTUGUÊS EM TERRAS NORDESTINAS

Depois de definirmos o que seria o Nordeste brasileiro e suas diversas características formativas e de abordarmos a questão dos movimentos messiânico-milenares que tiveram lugar no sertão, iremos agora adentrar no universo de três movimentos que também trazem em si caracteres da medievalidade lusitana, são eles: a Literatura de Cordel, o Coronelismo e o Cangaço.

Literatura de Cordel, resquícios dos romances medievais

Começo por lembrar que os romances são poemas épico-líricos breves que, a partir da tradição oral preexistente, foram documentados na Península Ibérica dos séculos XIV e XV até à segunda metade do século XVII. A partir de então,

passaram a ser depreciados pela estética neoclássica e relegados à oralidade. Sob os ímpetus democrático-nacionalistas do Romantismo, ressurgiram com força no século XIX em coletâneas, como, para só citarmos um exemplo, o *Romanceiro*, de Almeida Garrett, em Portugal. (MALEVAL, 2015, p. 17)

De acordo com Maleval, os romances que teriam povoado o imaginário português e ibérico reviveriam, de certa forma, no Brasil, através da literatura de cordel, dos cantadores populares e dos poetas nordestinos. Tendo sido trazidos através dos colonizadores portugueses, muitos desses romances ganharam roupagem novas e serviam, alguns, como verdadeiros manuais do bem-viver, das boas maneiras e do reto comportamento social.

No Brasil, especificamente no Nordeste, os personagens dessa tradição literária oriunda do medievo sofrem uma transculturação. Alguns perdem seu significado original e recebem toda uma nova ressignificação simbólica e comportamental, mais condizente com o novo meio no qual é inserido.

Por exemplo, através dos cordéis e dos cantadores, as figuras dos cavaleiros medievais são substituídas pelos cangaceiros que são retratados, ora como os heróis do sertão, ora como vilões assustadores e violentos. Podemos dizer que, nesse último caso, os cangaceiros ocupariam o papel dos mouros invasores das terras ibéricas. Algumas das histórias que se popularizaram pelo sertão a fora tornar-se-iam leitura obrigatória a todos os segmentos da sociedade sertaneja, enquanto exemplos a ser seguidos na arte de bem viver. Alguns deles seriam: *Carlos Magno e os Doze Pares de França*, *A Canção de Rolando*, *A História da Donzela Teodora*, etc.

Os colonos que povoaram as terras brasileiras – a princípio, as terras litorâneas – levaram em seu imaginário a tradição da oralidade medieval. Tal fato teria possibilitado a conservação de alguns caracteres da sociedade colonizadora quando da conquista do sertão nordestino.

O Nordeste brasileiro teria recebido da metrópole modelos sociais, econômicos e culturais de cariz próximo ao medieval e, junto a tais modelos viriam as bases ideológicas de uma religiosidade dominante e profunda. Para a autora, o meio sertanejo teria facilitado tais desdobramentos.

Assim, podemos dizer que no processo da colonização brasileira, o sertão constituiu-se num mundo à parte. Diferentemente de outras regiões daquela *terra brasilis*, esse espaço geográfico do interior nordestino incorporou de forma profunda e indelével o imaginário medieval tardio e tal fato foi preponderante para sua formação identitária⁶.

Perpetuou-se o costume de histórias narradas nos serões familiares; histórias dos livros (produto raro) ou então veiculadas por cantadores ambulantes que iam pelas fazendas ou feiras, transmitindo notícias, reproduzindo histórias, inventando cantos, improvisos, repentes e desafios. Enquanto não se difundiu a tipografia, os folhetos constituíam um meio barato de divulgação dessa produção poética, que era transmitida oralmente, mas que, geralmente tinha uma origem ou inspiração erudita. O trabalho em conjunto de eruditos e cantadores conformam

uma voz coletiva, que expressa anseios, problemas, angústias, sonhos e desejos; conformando, portanto, o registro das preocupações e acontecimentos de uma época em que a poesia popular, medieval ou sertaneja, podia cantar os acontecimentos notáveis em suas diversas manifestações, no romance, na xácara ou mesmo em composições menos extensas. (SIQUEIRA, 2010, pp. 2 – 3)

Esses serões são, até hoje, bastante comuns no sertão e constituem uma parte importante da reunião familiar ou entre amigos.

O narrar, ou cantar, estórias poderia ser feito tanto com as fábulas quanto com passagens bíblicas – nas casas particulares ou em feiras públicas. A junção da música à essa tradição oral remete-nos à imagem de trovadores medievais que percorriam as feiras e ruas das cidades a cantar versos no improviso, assim também o fazem os repentistas sertanejos que com uma palavra aleatória, fornecida pelo público, constroem rimas e estrofes com uma velocidade inimaginável.

De acordo com Queiroz, a história épica de Carlos Magno e os Doze Pares de França teria servido como base para a construção de estórias similares cujos personagens centrais seriam os cangaceiros. Chefes de bandos como Antônio Silvino e Lampião passariam a ser retratados como “pequenos Carlos Magno rodeados de seus pares” (QUEIROZ, 1977, p. 38) e cujo carisma e valentia serviram como condutor às incontáveis andanças e querelas sertão a dentro.

Os cangaceiros, na literatura de cordel, seriam o protótipo do cavaleiro andante do sertão – era a reverberação dos resquícios do imaginário medieval que ali se transformava em um símbolo original surgido da amálgama entre os elementos oriundos da medievalidade e àqueles típicos do sertão.

A partir de finais do século XIX⁷, no Brasil, com o advento das gráficas, começam a ser publicados, em livretos com estrutura de cordel, antigos romances e cantigas da gesta medieval e histórias de bravos homens.

Segundo Sílvio Romero, nessa leva também teria sido publicado o livro *Peregrino da América*, de frei Bruno Marques Pereira, o qual trazia, em suas páginas, versos com ensinamentos acerca do bom comportamento social. Ainda de acordo com o autor, esses seriam os versos mais reproduzidos, da obra de frei Bruno (ROMERO, 1977, p. 51) nos cordéis:

Honra é jóia, que mais val,
A tudo o mais preferida:
Pela honra se arrisca a vida,
Que a honra é vida imortal.
Mentir na realidade,
leva dos vícios ao cabo:
Pois da mentira é o diabo,
E deus é a suma verdade.

Podemos dizer então, diante do que até aqui expusemos, que o mundo fantástico que povoava as mentalidades medievais portuguesas, ao chegar nas terras nordestinas seus ecos, teria criado um *novo* mundo fantástico, mais árido, mais simples e diverso - o mundo fantástico do imaginário sertanejo.

Ou seja, os sinais do medievo tardio adquiririam novas expressões através da aura nordestina, personagens e situações encontrar-se-iam redivivos e receberiam novas roupagens e atribuições, num processo de hibridação que construiria os símbolos da sociedade que neste artigo tratamos.

Todavia não podemos dizer que houve, no Nordeste, o medievalismo europeu nem, tampouco, o retorno a um pretense passado medieval. O que podemos, sim, dizer é que a construção identitária do Nordeste brasileiro foi embasada na cristalização de uma mentalidade medieval trazida pelos colonos e, através disso, opera-se a construção de um Nordeste de cariz medievalsco em muitas de suas expressões socioculturais.

Coronelismo – Latifúndio, Servidão e Política

Os primórdios da República brasileira foram marcados por instabilidade, pois, o exército, que assumia o poder não conseguia reunir, em torno de si, as condições necessárias para unir os diferentes segmentos sociais na tentativa de dar as bases da nova ordem.

Diante desse panorama, os grupos políticos oriundos dos estados de São Paulo e Minas Gerais constroem a *política do café com leite*⁸, onde esses dois estados revezavam-se na Presidência, instaurando assim um novo centro político no país.

Apesar de o regime ser presidencialista e baseado em eleições, existia uma descentralização da política e, para que fosse possível se firmar perante os demais componentes nacionais, era preciso a construção de alianças com os setores que detinham o controle da periferia. Essa é a conjuntura de surgimento do coronelismo.

O coronel⁹ era a força política que tinha o controle dos votos nas pequenas localidades, o que o tornava, de certa forma, indispensável ao novo panorama político. Ele barganhava com as oligarquias o seu apoio político dando-lhes os votos necessários para que as mesmas se mantivessem no poder e, em contrapartida, recebia delas a legitimação como detentor do poder local.

Nas zonas rurais – onde vivia a maior parte da população – havia uma dependência elevada do eleitorado para com o coronel.

Apenas o coronel poderia garantir a lealdade dos eleitores e era dele a responsabilidade de arregimentá-los e levá-los até os locais de votação¹⁰.

Por vezes o poder de determinado coronel podia ser contestado. Aqui e acolá havia algum tipo de oposição, seja de outro coronel ou de um grupo de coronéis, que disputava contra aquele que estava no poder central da cidade, na tentativa de cair nas graças das oligarquias estaduais e assim conseguirem, para si, as benesses concedidas àquele outro.

Victor Nunes Leal (2012) diz que o coronelismo foi a tônica do poder local no Brasil durante a primeira fase da República Velha¹¹ até a redemocratização de 1946 (ALMEIDA JR., 1997; CARONE, 1976; CORSI, 2000; GAMBINI, 1977; GOULART, 1990; LEVINE,

2001). O coronel seria o centro do microcosmos do sistema político local, haja vista que o município dependia de recursos oriundos do governo estadual e federal e encontrava-se deveras isolado do restante da nação devido a uma precária rede de comunicação.

Por conta desse panorama, a alternativa ao coronel que estivesse no poder era outro coronel e não alguém que exercesse um jogo político diferente do que se encontrava em vigor.

O coronel, normalmente, era o detentor da maior parte das terras dos municípios do interior do Nordeste, dentro de sua propriedade – comumente chamada de fazenda ou latifúndio – moravam diversas famílias, havia escolas para os filhos dos trabalhadores e pequenos armazéns onde esses mesmos trabalhadores poderiam comprar os itens necessários para a manutenção dos seus cotidianos. Em sua grande maioria, os coronéis eram criadores de gado e, por vezes, tinham em suas fazendas plantações de milho, feijão, mandioca, algodão, etc.

Na organização do trabalho dentro da fazenda, destacava-se um trabalhador, era o *vaqueiro*, cuja responsabilidade era cuidar do gado. O vaqueiro vestia-se com um gibão e chapéu de pele para pastorear o gado que se embrenhava pela caatinga – nos dias atuais, esta continua sendo sua vestimenta tradicional.

No Nordeste brasileiro, quando se fala em *vaqueiro*, o gibão é a primeira coisa que vem-se a mente, pois, não há vaqueiro nordestino que não o use. Pensar nos vaqueiros do sertão é quase o mesmo que pensar no gibão de couro, sua vestimenta característica e típica. Além disso, os padrões¹² bordados nos gibões são particulares de cada vaqueiro (ou grupo de vaqueiros) e, no mais das vezes, são confeccionados por eles mesmos.

Para que o vaqueiro - ou qualquer outro trabalhador das terras do latifúndio - se mantivesse nas graças do coronel era necessário cumprir, à risca, suas regras: votar nos candidatos indicados por ele, cumprir as tarefas da lida diária a contento, dedicar um tempo para executar trabalhos na casa do coronel e, sobretudo, manter-se leal e fiel a toda a dinâmica do sistema.

Os trabalhadores dessas fazendas deveriam, sempre, consumir os produtos que eram vendidos no armazém do próprio coronel, ou seja, tudo aquilo que recebiam de salário ao final do mês era *devolvido* ao coronel.

Os coronéis exerciam o poder local com punho de ferro, de forma centralizada e dura. Não admitiam questionamentos às suas ordens.

Com essa postura, que podemos classificar de totalitária, e devido às disputas com outros coronéis para a manutenção do poder político local, fez-se necessário que tivessem em torno de si os chamados *jagunços* – tipo de segurança armada –, a princípio, para se defender e com o passar do tempo utilizados também para controlar e até assassinar os inimigos e desafetos.

Com a redemocratização da política nacional, em 1947, o coronelismo começou a desaparecer pouco a pouco e, atualmente, a figura do coronel vive na mentalidade popular sertaneja como reminiscência de uma personalidade dual – benfeitor e opressor do povo.

A figura do coronel seria, portanto, o equivalente a um senhor feudal. No seu latifúndio (o seu “feudo”) ele era a voz e a lei. As pessoas que ali viviam e trabalhavam estavam subjugadas à vontade do coronel e, se contrariadas suas ordens, famílias inteiras eram expulsas da terra – nesse caso seria preciso mudar-se para outra cidade, longe dali, a fim de conseguir nova morada e sustento.

No sertão nordestino, a palavra do coronel era lei e aqueles que a contestavam acabavam ou mortos ou tendo de sair da cidade - para tentar evitar que a primeira alternativa (a morte) se concretizasse. Talvez, em que pese o anacronismo, possamos dizer que o sistema coronelista foi uma espécie de ‘simbolismo feudal’ dos trópicos.

Para além do coronelismo, o cangaço carregava consigo, também, diversos símbolos oriundos das terras de além-mar e sobre ele falaremos agora.

Cangaço, Principais Personagens e Características

Admite-se correntemente na literatura especializada sobre o cangaço — tácita ou explicitamente — que este fenômeno de banditismo teve seu ciclo encerrado pelo advento do Estado Novo. A argumentação gira em torno do que se segue: as modificações políticas no novo regime, sobretudo o projeto centralizador e o empobrecimento das prerrogativas locais em relação aos governos estaduais, agiram de modo a esterilizar o solo do qual brotavam os cangaceiros. Retirando-se o poder dos potentados locais, a possibilidade de escolherem não só seus candidatos a cargos políticos, mas também de elegerem juizes e delegados de polícia - possibilidade sempre presente na paisagem política nacional nos anos que antecederam 1930 e, sobretudo, 1937, moeda de troca pelo apoio político aos candidatos a Governador -, teria tornado o ar do sertão irrespirável aos cangaceiros. Isto por um motivo muito simples: os potentados locais eram os principais responsáveis pela existência destes bandoleiros, agindo como seus protetores, seus coiteiros. (VILLELA, 1997, p. 81)

De acordo com Villela, analisar a questão do fim do movimento do cangaço vendo-o como reflexo da nova política centralizadora do Estado Novo é, de certa forma, desconhecer o *modus vivendi* do povo sertanejo. A política, ente presente nos interstícios do sertão como consagrador e legitimador do poder dos coronéis - e ponte entre os ermos sertanejos e os poderes estaduais e federais - não era, entretanto, o motivo pelo qual os homens daquelas plagas aderiam a uma vida de banditismo social; a vingança em nome da honra era a razão central pela qual, a essa vida, se agregavam.

Para compreendermos o movimento do cangaço, é necessário termos sob perspectiva as causas da violência no sertão.

O homem sertanejo abominava o crime de roubo – roubar gado, terra, bens materiais e afins era o mais hediondo crime que se poderia cometer naquelas terras áridas.

O assassinato não era visto como crime hediondo se, e *apenas se*, fosse cometido pela salvaguarda da honra – defloramento de irmãs (parentes ou amigas da família), desrespeito, uma mínima palavra errada ou um olhar atravessado, a morte de um parente, de um associado ou de um amigo - esses eram alguns dos motivos para assassinar alguém, no sertão.

A valentia era característica intrínseca nas gentes do sertão. Ali, a vingança era um prato que se comia quente.

O parentesco e a honra foram, desde sempre, os grandes geradores de cangaceiros; muito mais importantes do que a fome e a seca. Desde o final do século XVIII, cangaceiros renomados como o Cabeleira, Jesuíno Brilhante, no século XIX, passando pelos afamados e honrados cangaceiros do início do século XX como Casimiro Honório, Antonio Silvino e Sebastião Pereira, até os casos dos bandidos da época de Lampião, todos os homens tornados célebres na ilegalidade pela vida das armas, tiveram atrás de si uma história de *vendetta* (...), o assassinato de um parente, a defloração de uma irmã, a expulsão das terras, o roubo ou o morticínio de animais de criação, além de uma longa lista de incidentes que sob uma perspectiva exterior serão vistos como fatos irrelevantes, foram muitas vezes respondidos com a voz da bala, resultando na morte de pessoas cujo grupo próximo ligado a elas por laços de parentesco ou de afinidade responderia na mesma linguagem o mais prontamente possível, desencadeando guerras de família. Os que não tinham em sua retaguarda a força dos procedimentos legais eram tentados a ingressar nas fileiras de bandos ilegais para a própria proteção da ação dos favorecidos pelo sistema jurídico-policial. Outras vezes, a possibilidade mesma de resposta a algum agravo era cair no cangaço: se construirmos um inventário das causas alegadas pelos cangaceiros como fator fundamental de sua adesão ao bando de Lampião — cujas alegações deverão estar incluídas também — notaremos nas listas a prevalência esmagadora das razões de honra, tais como as entendem os sertanejos. Uma só palavra é capaz de resumir a quase unanimidade dos casos: vingança (...). Todo um enorme rol de motivos é construído a partir de determinadas agressões que pelo menos tanto quanto a carne, aflige a honra; não só a honra de um indivíduo, na maior parte das vezes, mas a de um determinado grupo, normalmente de parentes, do qual um certo homem será o seu representante na vingança (VILLELA, 1997, p. 89).

Aqui fica-nos claros os motivos que levaram tantos sertanejos para a vida de cangaceiro. Contudo, pelo que o próprio Villela nos relata em seus escritos, havia, na verdade, dois caminhos que o homem ferido em sua honra poderia seguir: de um lado o cangaço e a vida de banditismo social e, do outro, a integração na força policial. Essa escolha era feita não só para se ter apoio para perpetrar sua vingança, mas também como forma de conseguir proteção contra os inimigos.

A vingança no sertão era feita de duas formas: legalizada, através do ingresso na polícia (no corpo policial oficial ou nas volantes¹³); a vingança ‘fora da lei’, essa levada a cabo pelos cangaceiros e, também, pelos jagunços.

Podemos dizer que o cangaço tinha, em si, um poder simbólico inquestionável. As construções em torno desse modo de vida estão permeadas pelo maravilhoso, pelo fantástico. O mundo do cangaceirismo não era só formado por bala, sangue e violência, mas dentro dele era possível encontrar romance, religiosidade, delicadeza, lealdade e companheirismo.

No universo do imaginário sertanejo, o cangaceiro era, muitas vezes, visto como uma espécie de protetor dos mais pobres e desvalidos.

Verdade que alguns grupos se ligavam a determinadas lideranças políticas, ou seja, a determinados coronéis, numa espécie de relação de auxílio mútuo, prestação de serviço e amizade. Virgulino Ferreira, o Lampião – considerado o Rei do Cangaço e o mais famoso dentre todos os seus praticantes – era alguém que se queria ter como amigo e aliado nas querelas do poder local, nunca como inimigo.

Lampião¹⁴ enquanto protótipo do homem sertanejo que por questão de honra envereda pela estrada do banditismo social, foi o seu ápice. Nem mesmo nomes como Antônio Silvino e Sinhô Pereira (esse último ex-chefe e mentor de Lampião na vida do cangaço) conseguiram construir em torno de si uma aura tão poderosa, destemida e um tanto quanto mística como Lampião o fez. Por isso, ao falarmos aqui sobre o cangaço, tomaremos a figura de Lampião como base de nossa análise.

Virgulino Ferreira da Silva nasceu na cidade de Vila Bela (atual Serra Talhada), e com mais dois de seus irmãos, Antonio e Livino, formaram o ‘estado-maior do cangaço’.

Antes de se juntarem ao cangaço, viviam numa pequena fazenda com seus outros dois irmãos, João e Ezequiel, e com seu pai José Ferreira. Tinham, nas suas terras, uma diversidade de culturas agrícolas que vendiam no comércio das feiras livres. Também faziam transporte de mercadorias por frete - onde percorriam as estradas do sertão de Pernambuco, Alagoas e alguns outros Estados vizinhos.

Mesmo procurando viver uma vida pacífica e longe das querelas que se multiplicavam entre grandes famílias da região, os Ferreira viram-se envolvidos numa questão com um de seus vizinhos, José Saturnino. A disputa girava em torno de acusações recíprocas de roubo de bode – roubo, o mais imperdoável crime que se poderia cometer no sertão - a questão evoluiria até os confrontos armados, entre José Saturnino e os filhos mais velhos de José Ferreira.

O patriarca dos Ferreira, optando por uma vida guiada pela não-violência, resolveria vender suas terras em Vila Bela e mudar-se para Nazaré, onde viveria entre amigos que não admitiam pessoas armadas pelas ruas. A decisão do pai de Virgulino não agradaria nem a ele nem aos seus irmãos Antonio e Livino. Esse foi o ponto de viragem para os três irmãos Ferreira, dali em diante, eles enveredariam pelas sendas do cangaço.

José Saturnino, por sua vez, se alistaria na força policial em busca de proteção contra a sede de vingança dos irmãos. Os dados do destino do futuro ‘flagelo do cangaço’ estavam, assim, lançados.

Lampião e seus irmãos se empregam no serviço do bando de Sinhô Pereira, esse último havia sido nomeado pela própria família como o encarregado da vingança familiar na questão entre os Pereira e os Carvalhos.

Naquela época a região vivia o desespero dos embates entre dois clãs poderosos, Pereira (descendente do Barão do Pajeú) e Carvalho. Aquela guerra se arrastando desde os confrontos na Revolução Praieira, ensanguentava o sertão na disputa dos “grandes” pelo poder. Esta saga é considerada a maior gesta sertaneja, por

cantadores, memorialistas e informantes sobreviventes daqueles tempos. Pela rígida obediência aos códigos de honra sertaneja, Sinhô Pereira, Luís Padre (Pereira) e Antonio da Umburana (Carvalho) transformam-se nos heróis, protótipos da cultura sertaneja. O feito mais glorioso dessa gesta é a luta final entre Sinhô Pereira e Antonio da Umburana. Gastando a munição num combate de muitas horas sob o cerco de Sinhô Pereira, o derrotado pelas armas é desafiado para uma “*luta no ferro frio*” pelo inimigo que lhe entregara um punhal idêntico ao dele próprio. Saltando no terreiro, baixadas as armas dos Pereira, Antonio de Umburana e Sinhô Pereira amarram-se pelas fraldas das camisas, e assim entrelaçados para matar e morrer lutam de punhal até a queda do representante dos Carvalho. Glorificando a coragem do inimigo, Sinhô Pereira presta homenagens à valentia de um homem morto no “*campo da honra*”. (BARROS, 1998, p. 164)

Depois desse episódio, Sinhô Pereira teria sido convencido pelo Padre Cícero a deixar a vida do cangaço e, sobretudo, deixar o Estado de Pernambuco. Assim, Pereira migra rumo ao sul do país e Lampião assume o comando de seu bando, era o ano de 1920. Lampião reinaria absoluto até 1938.

A estrada percorrida por Lampião, nos dezoito anos em que foi líder incontestado de seu bando, foi marcada por muito sangue, perseguição, morte, luta contra chefes locais e volantes, ódios, rancores e vinganças.

Contudo, cabe-nos dizer também que no meio de toda essa espiral de violência, havia delicadeza, vaidade quanto aos feitos, a aparência e a vestimenta, romance, devoção, festejos¹⁵, amizade e companheirismo.

Em relação a vaidade pessoal, essa passagem deixa-nos claro o cuidado e a tentativa de embelezamento entre Maria Bonita e Lampião:

Para além de uma tradição do bacamarte, escorada em código de honra severo, localizada no universo sertanejo, particularmente no cangaço, identifica-se entre os cangaceiros uma tradição da vaidade, do esmero e requinte na imagem pessoal. Assim é que Lampião não apenas herdou uma tradição da vaidade, mas também chegou a praticá-la em extremos. São conhecidas as fotografias dele próprio e de cangaceiros do seu bando, sendo penteados e cuidados por suas mulheres. O Cruzeiro exibiu uma imagem de Maria Bonita em traje civil, um vestido de seda longo e um lenço no pescoço, mimando Lampião. A legenda informa que (...) a agressividade de Lampião arrefeceu depois que ele encontrou Maria Bonita: ela cuidava dele com carinho, penteava-lhe os cabelos, cerzia suas roupas, polia-lhe as unhas. (CLEMENTE, 2007, pp. 7 – 8)

No aspecto da religiosidade, podemos destacar a devoção aos santos e símbolos católicos presentes, por vezes, na vestimenta dos cangaceiros. Para além disso, vale aqui destacar a relação de amizade e respeito existente entre Lampião e Padre Cícero. Este

último, inclusive, queria que Lampião e seu bando lutassem contra os revoltados militares que se inseriram no movimento liderado por Luís Carlos Prestes. (DRUMMOND, 1991; LIMA, 1979; PRESTES, 1991; SODRÉ, 1978)¹⁶

Segundo Nertan Macedo, “dizia-se que a Coluna atacaria o Juazeiro, a fim de tomar os estoques de armas ali guardados desde a sedição contra Franco Rabelo”, em janeiro de 1926 chegava ao Ceará a Coluna Prestes e teria sido nessa altura que Floro Bartolomeu (braço direito de Padre Cícero) “decide chamar Lampião com o apoio do Padre Cícero”. (MACEDO, 1970, p. 157 e 190)

Segundo Villela, a vida de cangaceiro teria sido impossível ser levada adiante se não fosse uma rede muito bem formada e fortalecida de *coiteiros*.

Os coiteiros eram os coronéis e vaqueiros que davam guarita aos grupos de cangaceiros - avisavam-nos quando havia algum grupo volante nas redondezas devendo, o bando, evitar determinada área. Ainda forneciam alimentos e armamentos a esses grupos.

Uma vez que os cangaceiros preferiam deslocar-se a pé pelas trilhas e veredas difíceis da caatinga, era necessário que os mesmos contassem com suporte e apoio. Afinal, no sertão, poder-se-ia andar muitas léguas debaixo de forte sol e temperaturas altíssimas sem topar com o mais tênue traço de casa de morador. Assim, o desmembramento do ciclo do cangaço teria começado com a perseguição da rede de coiteiros, deixando os bandos sem apoio em diversos lugarejos do sertão. Inclua-se nessa lista o bando de Lampião.

Havia, por trás da dura perseguição aos coiteiros, uma lógica inabalável e essa, uma vez posta em prática, rapidamente daria frutos (...). Levando-se em conta que um grupo de homens armados move-se continuamente sobre um vasto território, supõe-se necessária a formação de um corpo de pontos de apoio logístico, sejam eles esporádicos ou não. A condição material de possibilidade de existência de um cangaço como o de Lampião era a existência de pessoas que lhe prestassem serviços e cedessem-lhe armamentos e munições. Este princípio está longe de ser polêmico na literatura especializada. Sem coiteiros não haveria cangaceiros. E os coiteiros estavam por toda a parte, principalmente seguindo-se o método classificatório das forças volantes. (...) Tudo se passa como se quisesse mostrar que gente rica também estava sendo punida e não apenas os desamparados moradores dos sertões desolados. No entanto, estes últimos foram os que mais sofreram com o endurecimento da repressão. As forças volantes não tinham qualquer consideração com os residentes em áreas frequentadas por Lampião. Eles eram culpados por princípio. Eram sistematicamente maltratados pelos soldados, pelos oficiais e pelos contratados que procuravam extrair deles informações sobre Lampião. De tal modo que em dado momento tornou-se muito perigoso prestar qualquer auxílio aos cangaceiros. Não seria difícil para um policial matar um homem e imputar-lhe a fama de coiteiro neste momento de desconfiança absoluta. Em virtude da insegurança que este estado de coisas gerou, em 1928, Lampião e seus homens serão vistos mal alimentados e mal equipados. (VILLELA, 199, p. 105 e 107 -108)

Como dissemos, sem coiteiros não haveria cangaço, posto isso, a imagem de Lampião e seus homens mal alimentados e mal equipados não significa que o bando, naquele momento, estava desprovido totalmente de apoiadores.

Contudo, a repressão sofrida por aqueles que davam guarita aos homens do cangaço assinalava que o fim desse ciclo estava próximo.

Lampião, sua mulher Maria Bonita e os homens que os acompanhavam encontravam-se em Angicos, especificamente refugiados numa espécie de gruta, região na divisa entre os Estados de Alagoas e Sergipe, era o ano de 1938.

Ao serem delatados por um humilde coiteiro, depois de o mesmo ter sido ameaçado, Lampião e seu grupo sofrem uma emboscada ao raiar do dia. Todos são mortos e suas cabeças degoladas. Segundo alguns afirmam, Maria Bonita teria sido degolada ainda viva.

Com a morte de Lampião e, depois de um tempo, a morte de Corisco (que já não estava mais na vida do cangaço), encerrar-se-ia o movimento que deu ensejo para cantadores e poetas sertanejos e povoou (e ainda povoa) o imaginário popular das gentes do sertão. O cangaço povoaria o imaginário sertanejo como uma espécie de movimento de justiça social. Seus líderes ganhariam ares de cavaleiros andantes, bravos e destemidos, que lutavam pelos menos favorecidos.

A nosso ver, o cangaço representou, mais das vezes, a concretização de uma revolta social. O cangaceiro, para nós, seria o protótipo do cavaleiro errante que tendo como mote uma espécie de busca por reparação social, grassaram o sertão com seus facões, seus bacamartes e seus bornás coloridos espalhando terror e também fascínio entre os sertanejos. A tentativa, equivocada diríamos, de modificar um quadro que há muito se perpetuava: exploração desmedida dos pequenos agricultores, desmandos políticos e extrema desigualdade social.

Assim, como protótipos de *Dom Quixotes*, os cangaceiros ‘guerream’, não com moinhos de vento, mas com coronéis, volantes e todos aqueles que foram seus inimigos, numa região que ficou mais conhecida pela extensão e aridez de seus recantos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo o que neste artigo relatamos, acreditamos ter conseguido o intento de demonstrar que certas expressões socioculturais, políticas e religiosas do sertão nordestino deveram suas bases aos resquícios do medieval português, trazidos para aquelas terras pelo colonizador.

Desde os movimentos de cunho messiânico-milenares, passando pela literatura de cordel, pelo coronelismo e findando no cangaço, é possível ouvir essas reverberações do simbolismo medieval.

A alma do nordestino tem muito da alma portuguesa. O sertanejo é um ser que carrega dentro de si uma mística própria e, em sua bagagem, a saudade sempre está presente. No caso sertanejo, não a saudade portuguesa do *vir a ser*, mas a saudade do que *se foi*.

O sertanejo ressignifica a saudade e a transforma quase num ente vivo, pulsante, que junto com sua visão de mundo fincada no maravilhoso o faz ser grande. Como diria Euclides da Cunha (2016), o sertanejo é antes de tudo um forte e, dentro desta força,

constrói sua identidade tendo como ponto central de sua gênese a herança simbólica que veio com as naus de Portugal e ali fixou-se e ampliou-se compondo algo similar mas, também, demasiado distinto.

Assim, o fantástico mundo sertanejo seria *medievo* em muitos símbolos de algumas de suas expressões sociais mais importantes mas não o seria de forma efetiva. Ou seja, o sertão nordestino traz inserido em sua construção societária certa *simbologia medieval* mas não uma medievalidade.

NOTAS

3 Poema extraído da obra de José Calazans. (CALAZANS, 1950, pp. 95 – 97)

4 A maioria dos partícipes do movimento liderado por Antônio Conselheiro era oriunda dos latifúndios do sertão baiano – vaqueiros e suas famílias, pequenos lavradores, pequenos comerciantes, desertores de grupos de milícia ou do cangaço. Difícil é fazer uma apuração profunda acerca deste adeptos haja vista a escassez da documentação sobre suas reais identidades e, conseqüentemente, suas vidas pregressas. O que podemos dizer é que eram analfabetos, em sua maioria, oriundos dos diferentes credos cristãos (acreditamos que católicos perfaziam o maior contingente) e sertanejos – da Bahia e de estados próximos como Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Provavelmente cresceram ouvindo as pregações sobre o fim dos tempos (o apocalipse) nas igrejas e templos e, em certa medida, teriam identificado no Conselheiro o ‘pastor’ ou líder designado pela divindade para guiá-los rumo ao paraíso milenar. (Nota da Autora)

5 Referência ao Conselheiro.

6 No período medieval, a cultura oral era a base de divulgação de preceitos religiosos, sociais, culturais, políticos e econômicos. Tal se devia ao fato de que, em grande parte, a sociedade medieval era composta por iletrados (analfabetos), assim, com a ausência da cultura escrita entre aqueles que compunham o maior contingente populacional (servos, camponeses, pequenos comerciantes) a divulgação literária oral nas feiras ou em praças dos centros urbanos era a forma com que esse conhecimento, produzido nos meios eruditos, chegava às camadas populares. No sertão nordestino não seria diferente. A cultura sertaneja é, em sua quase totalidade, de cunho oral – lá no sertão, ainda hoje, os índices de analfabetismo são altos e boa parte da população traz de memória as estórias fantásticas que parecem sempre ter povoado as vidas e as mentes dos sertanejos – fábulas que por vezes ganharam ares de *fato verídico*. (Nota da Autora)

7 Apesar de a Imprensa ter surgido na Europa do século XV, nas terras do Brasil ela só chegaria, com alguma significância, no século XIX. (Nota da Autora)

8 Termo utilizado pelos historiadores brasileiros para designar a alternância entre paulistas e mineiros na Presidência da República, durante a República Velha. *Café com leite* fazia referência direta as principais atividades econômicas dos dois estados: o café em São Paulo e o leite em Minas Gerais. (Nota da Autora)

9 Título honorífico e não militar. (Nota da Autora)

10 Esse tipo de voto ficou conhecido como voto de cabresto e os locais de votação, *currais eleitorais*. (Nota da Autora)

11 República Velha (ou Primeira República) é a denominação dada ao período que vai da Proclamação da República em 1889 até a eclosão da Revolução de 1930 que deu início a Era Vargas. A República Velha foi marcada pelo controle das oligarquias rurais da política e economia do Brasil. (Nota da Autora)

12 Esses padrões constituem os símbolos pelos quais os vaqueiros (ou grupos de vaqueiros) são reconhecidos. Podemos dizer, escusando os anacronismos, que tais padrões poderiam ser visto como uma espécie de heráldica destes indivíduos da mesma forma que símbolos similares eram utilizados pelos cavaleiros medievais. (Nota da Autora)

13 Forma adotada pela polícia que visava melhorar suas incursões pelas veredas do sertão no enalço dos grupos de cangaceiros, eles deveriam ser *volantes*, ou seja, terem maior mobilidade. (Nota da Autora)

14 A razão pela qual Virgulino Ferreira recebeu a alcunha de Lampião é um tanto quanto obscura, contudo, uma das suposições é a de que em uma de suas primeiras lutas, que teria ocorrido à noite, um de seus irmãos teria falado para o outro que ali também estava e dito que o rifle de Virgulino parecia um *lampião* pela quantidade de balas que disparava na noite adentro. (Nota da Autora)

15 Além dos relatos desses festejos em documentos produzidos pelo próprio cangaço, como fotografias e vídeos, também houveram relatos orais dos remanescentes do cangaceirismo que disseram, em entrevistas (hoje disponíveis quase todas no Youtube) os pormenores da vida de cangaceiro. Para nós, em particular, no tocante a essa questão dos festejos, uma história que nossa tia Lusinete nos contava desde que nos conseguimos lembrar sobre Lampião parece ser aqui oportuna: Lusinete nos dizia que seu avô, um fazendeiro da Família Nogueira de Sá, da cidade de Serra Talhada, era muito amigo de Lampião e seu bando e muitas foram as vezes em que o mesmo teria recebido o cangaceiro ilustre dando-lhe, em sua fazenda, jantares fartos sempre acompanhados de tocadores de sanfona, zabumba e triângulo que animavam a noite com suas músicas, levando a todos para o terreiro onde aconteciam as danças; Lusinete também nos contava que sua tia Minô era sempre tirada para dançar por Lampião, quando este ali se encontrava. (Nota da Autora)

16 Luís Carlos Prestes foi um dos líderes do movimento que ficou conhecido como *Coluna Prestes*, tal movimento é considerado a expressão última do Tenentismo. (Nota da Autora)

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, A. M. “Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas”, in FAUSTO, B. (Dir.) **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. III, vol. III.

- ANDRADE, Manuel Correia de. “Sertão ou Sertões: uma homenagem a Euclides da Cunha”. In SILVA, José Borzacchiello et al. **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. “Antropologia da Honra: uma análise das guerras sertanejas”. In **Revista de Ciências Sociais**, vol. 29, n. 1/2, Fortaleza, 1998.
- CALAZANS, Rejane, “Ambivalências: o Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado”. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22, nº 64.
- CALAZANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**. Bahia: Tipografia Beneditina Ltda, 1950.
- CALAZANS, Rejane. “Ambivalências: o Nordeste nas obras de Gilberto Freyre e Celso Furtado”. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22, nº 64.
- CARONE, E. **O Estado Novo**. (1937-1945). Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. “Manuel Correia de Andrade e a Economia Política do Nordeste”. In **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, vol. 45, nº 2, abril/jun., 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. “Coronelismo”. In **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, 1930 – 1983. Rio de Janeiro: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas, Forense Universitária, 1980^a.
- CARVALHO, José Murilo de. “Barbacena: A Família, a Política e uma Hipótese”. In **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, nº 20, p. 153 – 194, 1966.
- CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. “Cangaço e Cangaceiros: histórias e imagens fotográficas do tempo de Lampião”. In **Revista Fênix de História e Estudos Culturais**, vol. 4, ano IV, nº4, outubro/novembro/dezembro, Uberlândia, 2007.
- COHN, Norman. **Na Senda do Milênio: Milenaristas Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média**. Lisboa: Presença, 1980.
- CORSI, F. L. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Unesp, 2000.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- DELUMEAU, Jean. **Mil Anos de Felicidade: Uma História do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2006.
- GAMBINI, R. **O duplo jogo de Getúlio Vargas**. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GOULART, S. **Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEAL, Victor Nunes. O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um. In **Dados**, vol. 23, nº 1, 1980.
- LEVINE, R. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: Marchas e Combates**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MACEDO, Nertan. **Floro Bartolomeu: o caudilho dos beatos e dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Agência Jornalística Image, 1970.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Atualizações do medievo no romanceiro nordestino e no Auto da Compadecida de Ariano Suassuna. In **Revista Graphos**, Paraíba, vol. 17, nº 2, 2015.
- MONTENEGRO, Abelardo. **Antônio Conselheiro**. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1954.
- PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. In **Anhemi**, nº 24/26, 1956/57.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In FAUTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, vol. 1, São Paulo: Difel, 1975.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Messianismo no Brasil e no Mundo**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2003.
- QUIRINO, Priscilla P. **Das Brumas de Além-Mar: A Influência do Mito Identitário Português na Construção do Sertão Nordeste**. Tese de Doutorado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2020.
- ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- SÁ, M. Auxiliadora F. de. **Dos Velhos aos Novos Coronéis**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974.
- SENA, Custódia Selma. **Interpretações Dualistas do Brasil**. Goiania: UFG, 2003.
- SIQUEIRA, Ana Márcia Alves, O Ciclo Carolíngio na Literatura de Cordel Nordestina. In **Actas da VIII Jornadas de Estudos Antigos e Medievais / I Jornada Internacional de Estudos Antigos e Medievais**, Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: Análise e Depoimento**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- SUASSUNA, Ariano. **Romance D'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue Vai-E-Volta**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.
- SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- VILAÇA, Marcos Vinícius; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. **Coronel, Coronéis**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965;
- VILLELA, Jorge Luiz Mattar. O Advento do Estado Novo, a morte de Lampião e o fim do cangaço. In **Revista de Sociologia e Política**, nº9, Curitiba, 1997.
- VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Operação anti-cangaço: as táticas e estratégias de combate ao banditismo de Virgulino Ferreira, Lampião. In **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, nº 25, abril de 1999.